



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

ANÁLISE DE PEDIDO IMPUGNAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 203/2020
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Aquisição de medicamentos.

Impugnante: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 85.247.385/0001-49.

I – DAS PRELIMINARES

No dia 18/08/2020 foi recebido via e-mail a impugnação apresentada pela empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 85.247.385/0001-49, em relação ao Pregão Eletrônico nº 057/2020.

O Pregoeiro recebeu a impugnação, eis que realizada tempestivamente e atendidas os pressupostos de admissibilidade, respondendo ao que foi apresentado, e ao final julgá-la.

II – SÍNTESE DAS RAZÕES DA IMPUGNANTE

Em síntese, a empresa impugna o item 7.5 e 7.6 do edital licitatório, que prevê que os itens de 01 ao 83 descritos no anexo I desta licitação são destinados a participação exclusiva às Microempresas, Empresas de Pequeno porte e Microempreendedores Individuais, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 48, inciso I e III da lei complementar nº 123/06 e suas alterações, pelo que aduz a ilegalidade de referida cláusula ante a não observância dos preceitos elencados no inciso II e III, do art. 49, da Lei Complementar nº 123/2006.

III - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO

Em análise ao contido no edital licitatório, verifica-se que a alegação da impugnante não merece prosperar, uma vez que o instrumento convocatório contempla o disposto no artigo 48, inciso I e III da Lei Complementar 123/2006, que assim dispõe:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (grifo nosso).

(...)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (grifo nosso).

Nota-se que do item 01 ao 82 descrito no anexo 01 do edital, nenhum deles excedem o valor de R\$ 80.000,00 e ao item 83 foi aplicado a cota de até 25% (vinte e cinco por cento), sendo por este motivo aplica-se a participação **EXCLUSIVA ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS** em consonância com o artigo 48, inciso I e III da Lei Complementar 123/2006, conforme consta no item 7.5 e 7.6 do edital, que assim dispõe:



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

7.5 OS ITENS DE 01 A 82 DESCRITOS NO ANEXO I DESTA LICITAÇÃO SÃO DESTINADOS A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 48, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E SUAS ALTERAÇÕES.

7.6 O ITEM 83 DESCRITO NO ANEXO I DESTA LICITAÇÃO É DESTINADO A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, POR TRATAR-SE DE OBJETO DE NATUREZA DIVISÍVEL, REFERENTE À COTA DE ATÉ 25% DISPOSTO NO ART. 48, INCISO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E SUAS ALTERAÇÕES, OBSERVANDO-SE O CONTIDO NO ART. 8º DO DECRETO FEDERAL Nº 8.538/2015 E SEUS PARÁGRAFOS E ART. 8º § 2º DO DECRETO ESTADUAL Nº 2474/2015.

Quanto à interpretação da impugnante quando a restrição de participação, em momento algum o presente edital aplica-se o contido no § 3º do artigo 48 da Lei Complementar 123/2006³, sendo a participação para o presente edital exclusiva a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, **independente da sua localidade ou região que se encontra sediada.**

Assim, a impugnante poderá participar, caso não esteja enquadrada com ME, EPP ou MEI, para o item 84 (item 7.7 do Edital) que garantem a participação de Ampla Competitividade em atendimento ao artigo 48, inciso III, artigo 8º do Decreto Federal nº 8538/2015 e artigo 8º do Decreto Estadual nº 2474/2015, visto que foram reservadas as cotas de 25% para contratação de ME, EPP e MEI incidentes no item 83 (item 7.6 do Edital).

IV.- CONCLUSÃO

Pois bem. Em observância ao princípio da análise realizada, eis que realizada de boa-fé, o Pregoeiro DECIDE julgá-lo pelo NÃO PROVIMENTO DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA no que tange ao pedido de excluir a participação exclusiva as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, sendo que o presente Instrumento Convocatório (edital) atende o disposto no artigo 48, inciso I e III da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para ratificação ou retilificação da decisão, para posterior remessa à empresa impugnante.

Contenda, 19 de agosto de 2020.


PATRIK ALVES
Pregoeiro

Decreto nº 002/2020

³ Decreto Federal nº 8.538/2015 ()

Art. 8º Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

§ 2º O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§ 3º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço ()

DECRETO ESTADUAL Nº 2474/2015 ()

Art. 8º ()

§ 2º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o contido na cota reservada.

Art. 48

()

§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo **poderão**, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte **sediadas local ou regionalmente**, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido (grifou-se)